STJ00094349

Sumário

Apresentação 25
Nota à Segunda Edição 27
Nota à Terceira Edição 29
Nota à Quarta Edição 31
Prefácio 33

Capítulo 1 Direito Financeiro 35

1 Principais Aspectos sobre Finanças Públicas 35
1.1 A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro 37
1.2 Autonomia e Codificação do Direito Financeiro 40
1.3 Finalidades da Atividade Financeira 41
1.4 Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro 45
2 Principais Aspectos sobre a Receita Pública 47
2.1 Distinção entre Ingresso e Receita 47
2.2 Classificação das Receitas 48
2.2.1 Receitas Ordinárias e Extraordinárias 48
2.2.2 Receitas Originárias e Derivadas 48
2.2.3 Receita Corrente e de Capital 49
2.3 Estágios da Receita Pública 49
2.4 Renúncia de Receita 50
3 Principais Aspectos sobre a Despesa Pública 51
3.1 Classificação das Despesas Públicas 51
3.1.1 Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias 52
3.1.2 Despesas Ordinárias e Extraordinárias 52
3.1.3 Despesas Correntes e Despesas de Capital 53

3.1.4 Despesas Produtivas, Reprodutivas e Improdutivas 53
3.2 Processamento das Despesas Públicas 53
3.3 Precatórios Judiciais 54
3.3.1 Sentença e Fazenda Pública 56
3.3.2 Exceção ao Sistema do Precatório 58
3.3.3 Renúncia ao Valor Excedente 63
3.3.4 Ação de Repetição de Indébito 66
3.3.5 O precatório em matéria tributária 69
3.3.6 Precatório Complementar 74
4 Principais aspectos sobre o Orçamento Público 74
4.1 Plano Plurianual 74
4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias 76
4.3 Lei Orçamentária Anual 77
4.4 Evolução Constitucional 80
4.5 Tipos de Orçamento 81
4.6 Superávit e Déficit Financeiro 83
4.7 Conceito de Orçamento e sua Natureza Jurídica 84
4.8 Controle de Constitucionalidade da Lei Orçamentária 86
4.9 Elementos do Orçamento 97
4.10 Princípios Orçamentários 97
4.10.1 Anualidade Orçamentária 97
4.10.2 Unidade 98
4.10.3 Universalidade 98
4.10.4 Legalidade 99
4.10.5 Publicidade Orçamentária 99
4.10.6 Proibição de Estorno 99
4.10.7 Equilíbrio Orçamentário-Financeiro 100
4.10.8 Clareza ou Transparência 100
4.10.9 Exclusividade 101
4.10.10 Não vinculação 102
4.10.11 Racionalidade 103
4.10.12 Continuidade 103
4.10.13 Aderência 103
4.10.14 Especificação ou Discriminação ou Especialização 103

4.10.15 Exatidão 104
4.10.16 Programação 104
4.10.17 Orçamento Bruto 104
4.11 Ciclo Orçamentário 106
4.12 Controle Orçamentário – Tribunal de Contas e Vedações Constitucionais 106
4.12.1 Operações de Crédito por Antecipação de Receita 115
4.12.2 Garantia e Contragarantia 115
4.13 Créditos Orçamentários Adicionais 116
5 Principais aspectos sobre o Crédito Público 118
5.1 Conceito e Natureza Jurídica 118
5.2 A Dívida Pública Brasileira e Títulos da Dívida Pública 120
5.3 Classificação 122
5.3.1 Compulsório ou Voluntário 123
5.3.2 Perpétuo ou Temporário 124
5.3.3 Flutuante e Fundado 125
6 Responsabilidade Fiscal 125
6.1 Introdução 125
6.2 Objetivos 126
6.3 Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal 126
6.4 Destinatários da LRF 128
6.5 Limitação de Despesas 129
A. Com pessoal 129
B. Restrição de Final de Mandato 132
C. Despesas de caráter continuado 132
6.6 Reserva de Contingência 133
6.7 Despesa Adequada, Compatível e Irrelevante 134
6.8 Sanções em caso de desrespeito à LRF 134
6.9 Restos a Pagar 135
6.10 Relatório Resumido da Execução Orçamentária 135
6.11 Operações de Crédito 135
6.12 Limitação de Empenho 136
7 Repartição Tributária de Receitas 136
7.1 Classificação das Repartições Tributárias Constitucionais 138
7.1.1 Transferências Diretas 138

I – Da União para os Estados e Distrito Federal 138
II – Da União para os Municípios 140
III – Dos Estados para os Municípios 141
7.1.2 Transferências Indiretas 142

Capítulo 2 Fontes do Direito Tributário 147
2.1 Introdução 147
2.2 Conceito de Direito Tributário 148
2.3 Fontes do Direito Tributário 148
2.3.1 Distinção entre Lei e Legislação Tributária 149
2.3.2 Hierarquia entre Lei Federal, Estadual e Municipal 150
2.3.3 Norma tributária em sentido estrito e em sentido amplo 150
2.3.4 Fontes Formais Principais 151
I – Constituição da República 151
II – Emendas Constitucionais 152
III – Lei Complementar 153
IV – Lei Ordinária 168
V – Medida Provisória 172
VI – Lei Delegada 180
VII – Decreto Legislativo 181
VIII – Resoluções 181
IX – Tratados Internacionais 183
X – Convênios 191
XI – Doutrina e Jurisprudência 197
XII – Decretos 198
2.3.5 Fontes Formais Secundárias 200

Capítulo 3 Hermenêutica do Direito Tributário 205
3.1 Legislação Tributária 205
3.2 Estrutura da Norma Tributária 206
3.3 Amplitude dos institutos vigência, aplicação, interpretação e integração da norma 207
3.4 Vigência da Legislação Tributária 210
3.4.1 Vigência da Lei no Tempo 210
3.4.2 Vigência da Lei no Espaço 213

3.4.3 Vigência da Lei Brasileira no Exterior 215
3.5 Tributação Internacional 215
3.6 Aplicação da Legislação Tributária 216
3.7 Interpretação da Legislação Tributária 224
3.7.1 Diferença entre Interpretação, Integração e Correção 225
3.7.2 Métodos de Interpretação 225
3.7.3 Controvérsia entre a Definição e os Efeitos dos Institutos – arts. 109 e 110 do CTN 232
3.8 Integração da Legislação Tributária 239

Capítulo 4 Tributos em Espécie 247
4.1 Noções Gerais 247
4.2 Comentários ao art. 3º do CTN 247
4.3 Classificação dos Tributos 253
4.3.1 Vinculado e não vinculado 253
4.3.2 Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais 254
4.3.3 Federais, Estaduais e Municipais 256
4.4 Espécies de Tributos 256
4.4.1 Imposto 259
4.4.1.1 Inconstitucionalidade por Arrastamento 260
4.4.1.2 Classificação dos Impostos 262
I – Diretos ou Indiretos 262
II – Pessoal ou Real 264
III – Progressivos, Regressivos, Fixos e Proporcionais 266
IV – Ordinário e Extraordinário 267
V – Principal e Adicional 268
VI – Monofásico e Plurifásico 269
VII – Não Cumulativo e Cumulativo 269
VIII – Quanto à base econômica de incidência 269
4.4.2 Taxas 270
I – Em Relação ao Serviço Público 273
A. A Caracterização do Serviço Público Essencial 273
B. Serviço Específico e Divisível 275
C. Efetivo ou Potencial 276
II – Poder de Polícia 276

A. Custas e Emolumentos 286
B. Serventias Extrajudiciais e Atividade Notarial 287
C. Coleta de Lixo 288
D. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental 289
E. Telefonia e TV a Cabo 290
F. Selo de Controle de IPI 291
G. Taxas de Matrículas em Universidades Públicas 292
H. Serviços dos Correios 293
I. Segurança Pública 294
J. Iluminação Pública 294
K. Pavimentação Asfáltica 294
L. Taxa de conservação de vias públicas 294
M. Demais julgados 295
4.4.3 Contribuição de Melhoria 296
4.4.4 Empréstimos Compulsórios 308
4.4.5 Contribuições Especiais 316
I – Contribuições para as Categorias Profissionais ou Econômicas (Corporativas) 326
II – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico 330
III – Contribuição de Iluminação Pública – art. 149-A da CRFB 333
IV – Contribuições Sociais (em sentido estrito) 334

Capítulo 5 Sistema Tributário Nacional 349
5.1 Sistema Tributário Nacional 349
A. Racional ou Histórico 353
B. Rígido ou Flexível 353
C. Aberto ou Fechado 354
D. Objetivo ou científico 354
5.2 Evolução Constitucional 356
5.3 Globalização 359
5.4 Reforma Tributária 360
5.5 Direitos Humanos e Tributação 363

Capítulo 6 Competência Tributária 365
6.1 Conceito 365
6.2 O Exercício da Competência Tributária – Faculdade ou Dever 366

6.3 A Expressão Competência Legislativa Plena 368
6.4 Repartição de Receita e Competência 368
6.5 Competência Positiva e Competência Negativa 371
6.6 Competência e Emenda Constitucional 372
6.7 Lei Complementar – Conflito de Competência e Competência Concorrente 373
6.8 Competência e Capacidade Tributária 376
6.9 Princípios Inerentes à Competência Tributária 378
6.10 Classificação da Competência Tributária 379

Capítulo 7 Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar 385
7.1 Introdução 385
7.2 Limites ou Limitações 386
7.3 Natureza Jurídica 386
7.4 Imunidades e Princípios 387
7.5 Aspectos da Não Incidência Tributária 390
7.5.1 Isenção 390
7.5.2 Alíquota Zero 391
7.5.3 Imunidades 392
7.5.4 Diferimento 393
7.6 Principais Aspectos sobre as Imunidades 393
7.6.1 Histórico 394
7.6.2 Classificação das Imunidades 396
7.6.2.1 Subjetivas e Objetivas 396
7.6.2.2 Expressas e Implícitas 397
7.6.2.3 Incondicionais e Condicionais 397
7.6.2.4 Genéricas e Específicas 397
7.6.2.5 Imunidade e Isenção 399
7.6.2.6 Análise das Imunidades Genéricas 399
A. Imunidade Recíproca (CF, art. 150, VI, "a") 399
I – IPTU: Imunidade Tributária Recíproca e Cessão de Uso de Bem Público 407
II – Imunidade Tributária Recíproca: Sociedade de Economia Mista e Serviços de Saúde 409
B. Imunidade dos Templos de Qualquer Culto 416
C. Imunidade dos Partidos Políticos, Entidades Sindicais dos Trabalhadores, Instituições de Educação e Assistência Social 427
D. Imunidade dos Livros, Jornais e Periódicos e o papel destinado à sua impressão 435

7.6.3 Princípios Constitucionais Tributários 438
A. Princípios relacionados ao Valor Segurança Jurídica 438
B. Princípios relacionados ao Valor Justiça da Tributação 455
C. Princípios relacionados ao Valor Liberdade Jurídica 475
D. Outros Princípios Tributários 478
E. Princípios Tributários Implícitos 482

Capítulo 8 Obrigação Tributária 483
8.1 Breves Considerações 483
8.2 Fato Gerador 484
8.2.1 Nomenclatura 485
8.2.2 Classificação do Fato Gerador 489
8.2.2.1 Simples e Complexo 489
8.2.2.2 Instantâneo e Complexivo 490
8.2.2.3 Condicional e Incondicional 490
8.2.2.4 Causal e Formal 492
8.2.2.5 Típico e Complementar 492
8.2.2.6 Genérico e Específico 492
8.2.3 Elementos do Fato Gerador Integral 493
8.3 Relação Jurídica Tributária 494
8.3.1 Natureza Jurídica da relação jurídico-tributária 495
8.4 Tributo e Penalidade 496
8.5 Obrigação Tributária 498
8.5.1 Aspectos da Obrigação no Direito Civil e no Direito Tributário 498
8.5.2 Espécies 501
8.5.2.1 Obrigação Principal 501
8.5.2.2 Obrigação Acessória 502
8.5.3 Diferença entre Obrigação e Responsabilidade 503
8.6 Distinção entre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal 504
8.6.1 Elisão Fiscal 504
8.6.2 Evasão Fiscal 504
8.6.3 Elusão Fiscal 504
8.6.3.1 Abuso de Forma × Simulação × Abuso do Direito 505
8.6.3.2 Norma Antielisiva 506
8.7 Solidariedade Tributária 508

8.7.1 Benefício de Ordem 510
8.7.2 Efeitos da Solidariedade 510
8.8 Capacidade Tributária Passiva 511
8.9 Domicílio Tributário 513

Capítulo 9 Responsabilidade Tributária 517
9.1 Persecução Tributária 517
9.2 Finalidades da Responsabilidade Tributária 518
9.3 Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária 518
9.3.1 Sujeito Ativo 519
9.3.2 Sujeito Passivo 520
9.4 Responsabilidade Tributária 524
9.4.1 Responsabilidade por Substituição 526
9.4.1.1 Responsabilidade por Substituição: Legitimidade, Imunidade e Isenção 527
9.4.1.2 Modalidades de substituição 528
A. Substituição Tributária para trás 528
B. Substituição Tributária Para Frente 532
9.4.2 Responsabilidade por Transferência 541
9.4.2.1 Distinção entre Substituição e Transferência 542
9.4.2.2 Modalidades de Responsabilidade por transferência 543
A. Responsabilidade por Imputação Legal ou de Terceiros 543
I – Da Sociedade 570
II – Do sócio-gerente, diretor ou administrador ou equivalente 571
III – Dos demais sócios que não exercem a administração da sociedade 577
B. Responsabilidade por Infração 585
C. Responsabilidade Por Sucessão 593
I – Fusão 599
II – Incorporação 599
III – Transformação 599
IV – Cisão 599
I – Se o adquirente não explora a mesma atividade do alienante 602
II – Se o adquirente explora a mesma atividade do alienante 603

Capítulo 10 Crédito Tributário 611
10.1 Teoria Dualista 611

10.2 Lançamento 612
10.2.1 Conceito 612
10.2.2 Competência para efetuar o lançamento 615
10.2.3 Natureza Jurídica (Teoria Declarativista e Constitutivista) e Legislação aplicável ao lançamento 616
10.2.4 Características e Funções do Lançamento 619
10.2.5 Lançamento e utilização de câmbio 620
10.2.6 A Revisão do lançamento e princípios inerentes 621
I – Princípio da inalterabilidade 621
II – Princípio da irrevisibilidade 624
III – Princípio da irretroatividade 627
10.2.7 Efeitos do Lançamento 629
10.2.8 Modalidades de Lançamento 629
A. Lançamento Direto ou de Ofício 629
B. Lançamento por Declaração ou Misto 632
C. Lançamento por Homologação 635
D. Lançamento por Arbitramento 639
10.3 Crédito Tributário 641
10.3.1 Conceito 641
10.3.2 Espécies de Créditos 642
10.4 Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário 645
10.4.1 Introdução 645
10.4.2 Efeitos da Suspensão da Exigibilidade 646
10.4.3 Alcance da expressão *"suspensão da exigibilidade do crédito"* 647
10.4.4 Possibilidade de Suspensão antes do Lançamento 647
10.4.5 Taxatividade do art. 151 do CTN 650
10.4.6 Modalidades 650
10.4.6.1 Moratória 651
10.4.6.1.1 Espécies de Moratória 651
10.4.6.1.2 Moratória e Direito Adquirido 654
10.4.6.1.3 Requisitos e Condições 655
10.4.6.1.4 Alcance da Moratória 656
10.4.6.1.5 Moratória × Parcelamento 657
10.4.6.2 Depósito do Montante Integral 658

10.4.6.2.1 Depósito e Conversão em Renda 661
10.4.6.2.2 Diferença entre Depósito do Montante Integral e Consignação em Pagamento 664
10.4.6.2.3 Depósito do Montante Integral e Ação Anulatória de Débito Fiscal ... 665
10.4.6.3 Reclamações e Recursos Administrativos 666
10.4.6.3.1 Defesas Administrativas e Prescrição Intercorrente 668
10.4.6.3.2 Competência para regulamentação de normas sobre o PAF 671
10.4.6.3.3 Constitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo 672
10.4.6.4 Concessão de medida liminar em Mandado de Segurança 675
10.4.6.4.1 A discussão quanto ao Mandado de Segurança contra a lei em tese.... 678
10.4.6.4.2 Efeitos da cassação da liminar 681
10.4.6.5 Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais 682
10.4.6.5.1 Antecipação de Tutela contra o Poder Público 683
10.4.6.5.2 A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada 685
10.4.6.5.3 Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade 689
10.4.6.5.4 Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação 690
10.4.6.5.5 Comentários ao art. 170-A do Código Tributário Nacional 691
10.4.6.6 Parcelamento 692
10.4.6.6.1 Parcelamento e Denúncia Espontânea 696
10.5 Modalidades de Extinção do Crédito Tributário 699
10.5.1 Pagamento 701
10.5.2 Compensação 707
10.5.3 Transação 713
10.5.4 Remissão 714
10.5.5 Prescrição e Decadência 716
A. Decadência 718
B. Prescrição 724
I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação 725
II – pelo protesto judicial 726
III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor 726
IV – por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor .. 726
10.5.6 Conversão do Depósito em Renda 730
10.5.7 Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento 731
10.5.8 Consignação em Pagamento 732

10.5.9 Decisão Administrativa Irreformável 737
10.5.10 Decisão Judicial Passada em Julgado 739
10.5.11 Dação em Pagamento de Bens Imóveis 739
10.6 Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário 741
10.6.1 Anistia 742
10.6.1.1 Não cabimento da anistia 742
10.6.1.2 Classificação 743
10.6.1.3 Anistia e Direito Adquirido 744
10.6.1.4 Distinção entre Remissão e Anistia 745
10.6.2 Isenção 745
10.6.2.1 Natureza Jurídica 746
10.6.2.2 Previsão em Lei 747
10.6.2.3 Tributos que alcança 747
10.6.2.4 Classificação das Isenções 748
10.6.2.5 Revogação da Isenção 750
10.6.2.6 Isenção e obrigações acessórias 751
10.6.2.7 Ministério Público e legitimação para questionar benefícios fiscais 752

Capítulo 11 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário 757
11.1 Breves Considerações 757
11.2 Garantias X Privilégios 758
11.3 Universalidade dos Bens e Impenhorabilidade 759
11.4 Presunção de Fraude 772
11.4.1 Momento de Caracterização da Presunção de Fraude 772
11.4.2 Presunção Relativa X Presunção Absoluta 773
11.4.3 Fraude contra credores X Fraude à Execução 773
11.5 Penhora *on-line* 774
11.6 Análise do Art. 186 do CTN 778
11.6.1 Multas 779
11.6.2 Cessão de créditos 780
11.7 Concurso de Preferências 781
11.7.1 Constitucionalidade do art. 187 do CTN 781
11.7.2 Execução Fiscal e Falência 784
11.7.3 Interesse da Fazenda Pública para requerer a falência do devedor 784
11.8 Crédito Extraconcursal 785

11.9 Preferências dos Arts. 189 e 190 do CTN 786
11.9.1 Art. 189 do CTN 786
11.9.2 Art. 190 do CTN 787
11.10 Exigência da Prova de Quitação de Tributos 788
11.10.1 Para extinção das obrigações do falido 788
11.10.2 Para a concessão da Recuperação Judicial 788
11.10.3 Para julgamento de partilha ou adjudicação 789
11.11 Exigência de Certidão e Contratação com o Poder Público 790

12 Administração Tributária: Fiscalização, Dívida Ativa e Certidão 795
12.1 Conceito 795
12.2 A Administração e o Princípio da Legalidade 796
12.3 Fiscalização 798
12.3.1 Sigilo Comercial 799
12.3.2 Dever de Informar e Sigilo Profissional 802
12.3.3 Sigilo Fiscal 804
12.3.3.1 Descabimento de Prova Emprestada 806
12.3.4 Sigilo Bancário 807
12.3.4.1 Histórico do Sigilo Bancário no Brasil 807
12.3.4.2 O Sigilo Bancário e o Inventário Extrajudicial 812
12.3.4.3 Alguns Julgados Importantes 813
12.3.5 Auxílio da Força Policial 816
12.3.6 Responsabilidade Pessoal do Agente Público 817
12.4 Dívida Ativa 817
12.4.1 Conceito 817
12.4.2 Créditos Tributários e Não tributários 818
12.4.3 A Inscrição em Dívida Ativa 820
12.4.3.1 Definição 820
12.4.3.2 Termo de Inscrição 820
12.4.3.3 Análise da Expressão "Regular Inscrição" 824
12.4.3.4 Presunção Relativa 825
12.4.4 Protesto da Certidão de Dívida Ativa 826
12.5 Suspensão da Prescrição 828
12.6 Certidão de Débito Fiscal 829
12.6.1 Efeitos da Certidão 830

12.6.2 Dispensa da Certidão 831
12.6.3 Certidão expedida com dolo ou fraude 832
12.7 Substituição da CDA 832

Referências Bibliográficas 835